



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141470 - MG (2021/0013548-9)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : CLAUDEMIR GOMES BATISTA  
**ADVOGADOS** : YURI MARCUS SILVA - MG113339  
CAIO SILVA BIONDI E OUTRO(S) - MG197610  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CLAUDEMIR GOMES BATISTA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.572563-3/000).

O recorrente teve a prisão preventiva decretada, desde 24/1/2019, e foi denunciado pelo *parquet* pelo suposto cometimento de homicídio qualificado em maio de 2019.

Sustenta que sofre constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo na formação da culpa e da inexistência de motivos novos e contemporâneos para justificar a segregação cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para revogação da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ademais, ressalte-se que *"o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes"* (AgRg no RHC n. 137.237/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 18/12/2020), o que torna a liminar em sede de plantão, *a priori*, momento inadequado ao acolhimento da alegação de excesso de prazo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência